

Bini, Graziela Maziero Pinheiro

Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil
Mestranda do PPG em Utilização e Conservação dos Recursos Naturais – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
grazimpb@hotmail.com

Debiasi, Rose Elke

Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
Mestre pelo PPG em Agroecossistemas / Centro de Ciências Agrárias
elkedebiasi@hotmail.com

Pozza Filho, Ernani Antonio

Universidade do Estado de Santa Catarina – Brasil
Graduado em Geografia / Centro de Ciências Humanas e de Educação
ernanipozza@gmail.com

**A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO COOPERATIVISTA DO MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)**

A construção do pensamento cooperativista do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O MST, segundo definição utilizada por Dalmagro (2002), é um movimento de camponeses que surge com um caráter classista e busca a construção de uma nova sociedade. Tal direcionamento é expresso no primeiro Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que acontece no ano de 1985 em Curitiba/PR. Na trajetória do MST é possível identificar três momentos, de avaliação e de reordenamento frente às alterações na política nacional, de acordo com Caldart. O primeiro é caracterizado pela articulação nacional da luta pela terra. O segundo momento, nas palavras de Dalmagro (2002), pode-se definir como: “constituição do MST como uma organização social dentro de um movimento social de massas”. A luta não se encerra somente na conquista da terra e os assentados mantêm vinculação com o movimento por mudanças sociais exprimindo o caráter de organização de massas e não apenas movimento. O terceiro momento é marcado pela inserção do MST na luta por um projeto popular para o Brasil. Além dos princípios que norteiam a prática dos assentamentos, o MST define objetivos para o Sistema Cooperativista dos Assentamentos – SCA: econômicos, sociais e orgânicos. a) formar e capacitar quadros para o conjunto das lutas dos trabalhadores; b) contribuir para a construção do homem e da mulher c) articular a luta econômica com a luta política e ideológica; d) consolidar a organização de base do MST; e) liberar pessoas para participar dos movimentos e

organizações populares; f) servir de retaguarda econômica do MST; g) desenvolver uma nova visão de sociedade; h) acumular forças para a transformação da sociedade. (CHRISTOFFOLI, 2000, p.20). Esses elementos contribuíram para a formação dos pilares de sustentação da prática cooperativista dos assentados. Segundo Christoffoli (2000) aqui reside à proposta de cooperação agrícola, que gradualmente se apresenta como alternativa e condição necessária para a sobrevivência. As formas de cooperação vão desde os mutirões, troca de dias às experiências legalizadas, que ganham o nome de associações ou cooperativas (MORISSAVA, 2001, p. 232). As cooperativas são consideradas um desdobramento das associações sendo classificadas em Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS) e a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). O MST considera as cooperativas de trabalho coletivo, como sendo a forma “superior” de organização da produção. No ano de 1991 foi fundada a Central de Cooperativistas de Reforma Agrária em Santa Catarina e junto com ela três Cooperativistas de Produção Agropecuária (CPAs). Os princípios sociais e organizativos das cooperativas descritos acima, da formação e liberação de quadros para o movimento articulando isso a luta econômica, política e ideológica, podemos encontrar em Marx quando esse escreveu o programa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Reconhecia ele o cooperativismo como uma força transformadora da sociedade, pois denuncia (ou educa) os trabalhadores no próprio processo de trabalho cooperado contra o “poder despótico do capital”. No programa da AIT Marx evocava justamente esses princípios, ao recomendar que as sociedades cooperativas reservem uma parte dos seus fundos à propaganda de seus princípios (2006, p. 16). A questão passa então como ao mesmo tempo conseguir sustentar esses princípios quando elas mesmas (as cooperativas) devem servir de “retaguarda econômica do MST”. Pois se são elas um embrião ou “miniaturas” da sociedade que servem de exemplos ao poder despótico do capital como podem se sustentar e servir a essa necessária retaguarda dentro da sociedade capitalista. Estariam às cooperativas do MST se degenerando dos seus princípios norteadores? Esse confronto do ponto de vista teórico com a experiência prática é necessário ser feito. Buscamos para reflexão uma Cooperativa do MST - a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda (COOPEOESTE), que tem distribuído nos grandes supermercados os produtos “Terra Viva”, estar ou não conseguindo servir ao mesmo tempo de retaguarda econômica e liberar para o movimento quadros políticos transformadores da sociedade. Teria a Cooperoeste que conquistar espaço no mercado capitalista e aplicar a implacável exploração da força de trabalho? Seus administradores

estão mais para militantes ideológicos de uma nova sociedade ou “estrategistas” para adequar os produtos às demandas e ofertas de trabalho e assim vencer a concorrência? São mais oradores e panfletários ou profissionais do Marketing, já que como diz Luxemburgo na sociedade capitalista à troca domina a produção? Esses são questionamentos que o estudo empírico pode nos responder. O importante por hora é fazermos esse resgate teórico do movimento cooperativista que ao longo da história do capitalismo parece carregar em si uma ambigüidade. Ao mesmo tempo em que no “chão da fábrica” educa os trabalhadores a experimentar a possibilidade de serem donos de si mesmos, mostrando que é possível organizar uma sociedade sem estruturas hierárquicas, por outro lado parece esbarrar na própria estrutura social da sociedade em que as cooperativas nascem. A fase aguda atual do sistema capitalista tem usado o “cooperativismo” para estampar as formas cada vez mais precarizadas do trabalho. No MST não parece ser esse o caso, pois buscam no cooperativismo princípios ideológicos de transformações sociais, de quem até então era um sem terra. Mas ao mesmo tempo como sustentar essa retaguarda econômica crescendo e se desenvolvendo dentro do mercado capitalista?

Palavra-chave: cooperativismo, MST, cooperação.

1 – Origem do cooperativismo

O surgimento do movimento cooperativista remete à época do estabelecimento do capitalismo como sistema econômico dominante: Europa (mais precisamente Inglaterra), século XIX. Oficialmente, seu primeiro expoente em nível mundial foi Robert Owen (1771-1858), partícipe da fundação das primeiras comunidades cooperativas e contribuinte significativo para a tradição intelectual do movimento. Segundo Schneider (1999), o momento histórico que antecedeu as primeiras cooperativas, foi caracterizado por uma grave crise econômica e social do proletariado, por uma efervescência política e uma situação pré-revolucionária. Na Inglaterra, a tradição cooperativa tem basicamente suas raízes nas cooperativas de consumo que começaram a surgir em 1769 nos moinhos e padarias, devido ao aumento do preço da farinha.

Owen acompanhou de perto o surgimento da nova sociedade capitalista na Inglaterra, chegando a ser diretor a ser diretor de uma fábrica têxtil (New Lanark). Sendo ele adepto de idéias reformistas da época, que proclamavam a razão, o

conhecimento e a educação como os principais veículos de mudança social e, estando tão próximo disso tudo, percebeu também os graves problemas sociais impostos aos trabalhadores, decorrentes desse novo sistema: jornadas de trabalho excessivamente longas; superexploração do trabalho infantil; péssimas condições trabalhistas, geralmente envolvendo perigo de mutilação, intoxicação e morte.

Owen afirmava que os principais problemas sociais da época (pobreza, marginalidade social e alcoolismo) eram reflexos de um sistema econômico e social injusto, e não de fatores individuais e culturais, como falta de disposição para o trabalho disciplinado e de vontade de progredir. Isso ia contra o que ensinavam as teorias liberais de então. Frente a esta situação, o proletariado não poderia fatal e passivamente assumir uma atitude de vítima da situação. Daí surge então a idéia de se associar. Num primeiro momento, como um fundo comum que serviria à cooperativa de consumo. Os recursos deste fundo não deveriam destinar-se a empréstimos a terceiros como recomendavam os capitalistas, mas sim, deveria ser aplicado na constituição de cooperativas prestadoras de serviços ou na criação de oportunidade de emprego para os que punham o seu capital em comum.

Na fábrica de New Lanark, Owen pôs em prática regras que viriam a se tornar direitos de todos os proletários: redução da jornada de trabalho, proibição de trabalho infantil, caixas de previdência e a criação de uma cooperativa de consumo. Essas regras, ao contrário do que se esperava, gerou maiores lucros (resultado de uma maior racionalização do processo produtivo). Porém, Owen percebeu que pouco dessa riqueza era distribuído entre os trabalhadores. Ele então desiste dessa experiência na Inglaterra e parte para a América do Norte, fundando comunidades igualitárias onde imperam os princípios do cooperativismo (New Harmony). Tal experiência não logrou êxito, e Owen percebeu os limites de suas propostas de formação de colônias comunistas e cooperativas, o que o fez partir para uma crítica mais abrangente da sociedade. Na verdade, este autor fecha o ciclo original do que Engels e Marx chamaram de socialismo utópico.

“No momento, porém, em que formulou as suas teorias comunistas, virou-se à página. Eram precisamente três grandes obstáculos os que, segundo ele, erguiam no seu caminho da reforma social: a propriedade privada, a religião e a forma atual do casamento (...) arruinado pelas suas fracassadas experiências comunistas na América, às quais sacrificou toda a sua fortuna, dirigiu-se à classe operária (...). Foi ele quem presidiu o primeiro congresso em que as *trade-unions* de toda a Inglaterra se fundiram numa grande organização sindical única” (ENGELS, 1985, pp. 42 e 43).

O fracasso de suas experiências serviu para que, numa fase posterior, Owen refletisse sobre os elementos de transição para uma sociedade comunista. As cooperativas de produção e de consumo passam a se inserir numa estratégia mais global de luta que, de acordo com a passagem acima, o sindicalismo já assumia certa prioridade. Deste modo, podemos perceber que Owen já tomava uma postura crítica quanto à universalidade do cooperativismo como forma alternativa ao capitalismo. Sendo Proudhon quem vai resgatar esta proposta:

“...esses estabelecimentos [cooperativismo] tinham necessariamente que fracassar, mas antecipam-se muito aos bancos proudhonianos de troca, diferenciando-se deles somente em que não pretendem ser a panacéia universal para todos os males sociais, mas pura e simplesmente um primeiro passo para uma transformação muito mais radical da sociedade” (Idem, p. 43).

Hoje podemos dizer que a economia solidária baseia-se mais precisamente nos ideais de Proudhon, já que, como afirma Engels, Owen vira a página do socialismo utópico, esbarrado pela própria materialidade da nova sociedade capitalista. Quanto a Proudhon, este se insere, como afirmam Marx e Engels no Manifesto Comunista, numa tendência a um “socialismo conservador”, pois pretendia eliminar todos os males da sociedade de sua época, mas sem transformar a própria sociedade(1).

Ainda na linha do socialismo utópico, podemos citar William King, que incentivou a criação de cooperativas desde de 1827. Nos anos seguintes contribuiu na elaboração de jornais e periódicos abordando o tema. Em 1832, no Congresso Cooperativista, King apresentou um programa de transformações econômicas e sociais através das cooperativas. Tanto o jornal como o programa apresentados no Congresso foram utilizados como materiais básicos de discussão para os pioneiros de Rochdale (SCHENEIDER, 1999).

“Willian King, o ‘médico dos pobres’ de Brighton, se inspirava em Robert Owen ao pleitear profundas transformações na sociedade, mas de forma gradual e sem violência, através de mudanças na organização econômica e no comportamento das pessoas” (p. 84).

Apesar de “beber da fonte” de Owen, as idéias dos dois divergiam em alguns pontos. Um dos principais pontos de divergência era o paternalismo e a tendência de

concentrar as decisões que Owen defendia. King, por sua vez propunha uma organização democrática, com a participação de todos os cooperados ou associados nas decisões do empreendimento. Desse modo, o Programa Cooperativização Integral de Willian King tinha como base a proposta de uma reforma econômica e social em prol do operariado oprimido pelo capitalismo industrial.

Outro importante teórico do cooperativismo foi o francês Charles Fourier (1772 – 1837). Ele também pregava a formação de diversos grupos organizados em vida comunitária, através das falanges (grupos econômicos que reuniam membros de todas as classes). Estas organizações mencionadas não tinham caráter comunista, tendo em vista que mantinham a propriedade, a hereditariedade, o capital e o interesse. Embora a sua fórmula não seja cooperativa, aparece a idéia de que ao trabalhador deve caber uma parte do produto social na proporção de sua contribuição pessoal ao trabalho coletivo. Fourier argumentava que bens de consumo eram encarecidos pela grande quantidade de intermediários, por isso planejou a criação destas comunidades para melhorar a distribuição dos frutos do trabalho do homem. Além disso, segundo Farias (2002), Fourier também se preocupava com que o trabalho fosse uma ação agradável, portanto nenhum trabalhador ficava restrito a uma única atividade. Fourier tinha como proposta o revezamento dos trabalhadores entre todos os postos de trabalho, pois entendia esta proposição como uma forma de transformar o trabalho em uma atividade prazerosa.

Apesar de não possuir como proposta a organização de cooperativas, foram os princípios propostos por Fourier que inspiraram o movimento cooperativista (SCHNEIDER, 1999). Tais princípios eram: a idéia da associação e a ênfase na união dos fracos e explorados nas atividades econômicas; a cooperação e a organização do trabalho como uma possibilidade de melhoria das condições de trabalho e vida do operariado; a organização que presta serviços aos homens que cooperam; a organização de trabalhadores representaria uma economia coletiva, devendo integrar um todo maior, com caráter permanente; os operários organizados em plena igualdade de direitos. A organização deveria atingir o nível interpessoal, chegando a níveis de organização comunitária, “para propor à sociedade um sistema sócio-econômico predominante, baseado na cooperação e na igualdade de direito e oportunidade” (SCHNEIDER, 1999, p.37).

Foi inspirado nos ideais de Fourier que em 1842 fundou-se a colônia francesa conhecida como Falanstério do Saí em São Francisco do Sul no Estado de Santa Catarina. O imigrante francês Benoit Mure, com apoio do próprio império, iniciou a

colonização Falanstério com 21 imigrantes franceses (o projeto inicial era de 1700 colonos). Entre as atividades econômicas estavam a criação de gado, olaria de tijolos e agricultura. Priorizou-se a produção associativa e ideais de Fourier como o sistema de educação baseado nas aptidões naturais e profissionais do trabalhador. A experiência durou dois anos devido às dificuldades de comercialização dos produtos produzidos (KOROSUE, 2007).

Entretanto, a constatação dos limites das cooperativas foi melhor desenvolvido por Rosa Luxemburg em fins do século XIX. Luxemburg (2000) fala do caráter híbrido das cooperativas na sociedade capitalista, contrastando o processo de produção cooperado com troca sob o domínio do mercado. Segundo ela:

“As cooperativas, em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista, a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas” (2000, p. 19)

Ainda segundo Rosa Luxemburg, mesmo subtraindo o seu caráter híbrido,

“as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral, a realização geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da atual economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média” (IDEM, p. 21)

O fato dos trabalhadores se tornarem proprietários dos meios de produção não garante uma nova cultura do trabalho e uma economia alternativa ao capital (MARX, 1985). Continuam submetidos às regras e leis do mercado, portanto, a atividade produtiva é estranha ao trabalhador, não satisfaz suas necessidades, mas existe apenas como atividade para satisfazer outras necessidades (a do capital).

Desde suas formulações iniciais até os tempos atuais, o pensamento cooperativista passa por transformações e é reeditado no século XX novamente em contexto de crise estrutural do sistema capitalista, em que o operariado volta a buscar formas organizativas para garantir sua reprodução social.

2- Implicações teóricas acerca do cooperativismo

O cooperativismo do séc. XIX se apresenta como uma possibilidade de libertação do jugo do capital, um embrião mesmo de uma nova sociedade não mais assentada nas relações hierárquicas do trabalho. Teóricos importantes dessa época como Owen e Fourier marcam a fase utópica do socialismo por verem nas cooperativas a nova sociedade. Esse projeto libertário ressurgiu na época atual de profunda crise do sistema capitalista e será preciso uma análise crítica para entender em que contexto hoje é possível falar de cooperativismo. No Brasil, o principal movimento organizado, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) parece buscar no cooperativismo uma “retaguarda econômica” para seu projeto de libertação dos grandes latifúndios e de reforma agrária.

Distinuir o cooperativismo arrancado nas lutas sociais do campo com o que se convencionou titular uma nova alternativa ao mundo precarizado do trabalho parece ser altamente necessário. Os princípios do cooperativismo estabelecidos pelo MST parecem por si só anunciar (ou denunciar) isso. Mas de qualquer forma quando resgatamos toda discussão acerca do cooperativismo desde os socialistas utópicos e confrontamos esses com os próprios princípios que o MST levanta uma contradição parece emergir: é possível cooperar e ao mesmo tempo competir com o mercado capitalista?

Voltar a Marx e Rosa Luxemburgo nos parece significativo, pois não se trata de descartar o cooperativismo como aprendizagem e embrião da nova sociedade, apreendida diretamente lá no “chão da fábrica”, ou seja, que é possível reorganizar o processo do trabalho sem o poder despótico de outros, sem uma estrutura hierárquica estabelecida. Mas ao mesmo tempo mostrar que essa iniciativa se esbarra no controle geral da sociedade pelo capital e que com princípios (como os estabelecidos pelo MST) podem as cooperativas contribuir para uma verdadeira transformação da sociedade, pois são princípios que não se limitam no cooperativismo, mas na própria transformação geral da sociedade.

O ressurgimento do cooperativismo realiza-se num cenário complexo marcado pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, identificada já no início dos anos 70, mas que tem seus efeitos intensificados durante a década de 90. No interior dessa crise, o capitalismo conjuga, por um lado, o avanço no assalariamento de nova força de trabalho em escala global, dando prosseguimento a sua tendência histórica de desruralização e expansão das relações sociais de produção, ao mesmo tempo em que se vivencia, por outro lado, um processo profundo de precarização do trabalho, de

universalização da subcontratação, de aumento da informalidade nas esferas já integradas ao mercado mundial (FARIA, 2005).

ANTUNES & SILVA (2004) inserem a criação de um determinado tipo de cooperativa no contexto da precariedade do trabalho que também é evidenciada pela diminuição dos salários e atrasos constantes no pagamento dos mesmos. A formação de cooperativas de trabalhadores, nesse caso, segundo os autores: “...representam uma maneira de escamotear os direitos, como o registro em carteira, bandeira de luta dos trabalhadores durante décadas seguidas” (p. 44).

Dessa forma, precisamos compreender o funcionamento do cooperativismo dentro das condições concretas da sua existência e não a partir de um conjunto de princípios que deveriam nortear a prática cooperativista.

“São três as dimensões estruturais do desenvolvimento brasileiro que interessam a análise das cooperativas agrícolas: a) as disparidades inter-regionais; b) o dinamismo diferenciado entre os subsetores da agricultura comercial e de exportação e a agricultura tradicional, produtora de alimentos e matérias-primas para o mercado interno; e , com o processo de diferenciação socioeconômica entre as várias categorias de produtores rurais, refletindo a tendência geral a concentração da renda e da riqueza na sociedade como um todo (SCHNEIDER, 1981, p. 26-28). “

No Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), realizado no ano de 1995, em Manchester, Inglaterra, foram reafirmados alguns princípios da prática cooperativa, tais como: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre as cooperativas e compromisso com a comunidade (RECH, 2000).

A partir desses elementos percebemos nitidamente a deformação de alguns princípios, ou seja, um esvaziamento do significado historicamente atribuído ao cooperativismo. De acordo com a definição de Souza (2003) uma cooperativa tida como autêntica “... é aquela que surge da livre iniciativa dos seus membros e prevê em seu estatuto um sistema próprio de remuneração adicional e garantias que substituem a proteção legal de um emprego formal”. Isso nos leva a refletir sobre o surgimento de determinadas cooperativas, que servem para escamotear os direitos trabalhistas. Nesse contexto, sobressaem argumentos como o de Singer: “A grande maioria das cooperativas não paga por igual, mas paga muito menos desigualmente do que nas empresas capitalistas” (SINGER, 2000, p.150). Paul Singer busca adequar o termo

cooperativismo a todas as sociedades, obscurecendo qualquer conflito de classe e/ou contradições inerentes ao sistema capitalista nos sugerindo a coexistência de diferentes modos de produção. Singer acredita que em uma sociedade dominada por cooperativas há espaço para a economia capitalista. E continua: “tem que haver liberdade para que, se alguém quiser criar empresa capitalista e outro quiser se assalariado, isso devia ser um direito humano.” (Idem, p.150).

Sem retirar os méritos ou negar a boa intenção dos defensores do cooperativismo é preciso analisar as experiências concretas e as condições materiais em que estão inseridas para compreender a distância que existe entre o que foi idealizado e o que é vivido. Para tanto não abandonamos a idéia de cooperação no seu sentido mais amplo, ou seja, aquela referente aos interesses coletivos de uma determinada classe social.

Atualmente as cooperativas se inserem no contexto da reestruturação produtiva. Encaixam-se nos processos de terceirização e de flexibilização das relações de trabalho, na medida em que podem realizar a prestação de serviços que antes eram feitos por empregados da fábrica. Porém, seria um exagero afirmar que as cooperativas são as causadoras desse processo de flexibilização das relações de trabalho.

O questionamento colocado por Faria (2005) nos ajuda a problematizar o alcance das cooperativas e em que medida é possível pensá-las como um estágio transitório para um novo modo de produzir a vida? Na década de 90, se deu a proliferação de cooperativas de produção a partir das fábricas falidas. As cooperativas seriam então uma decorrência e desdobramento da crise do sistema capitalista, como um mecanismo regulador que dela surge para contrabalançar as suas tendências destrutivas ao nível do mercado de trabalho. No entanto, de acordo com o autor é necessário explorar um outro viés que parte do pressuposto teórico de que a existência das contradições agudas no interior do capitalismo é inerente ao seu próprio desenvolvimento. E então caberia a pergunta: sendo assim, qual a especificidade dessa crise e em que medida esta, precisamente esta crise, tem possibilitado um fôlego espantoso para o cooperativismo e o associativismo econômico?

Sem nos aprofundarmos nessa questão, o fato é que constatamos um voraz crescimento de trabalhadores imersos no trabalho precarizado, sem registro, trabalhando por “conta própria” ou então terceirizados pelo capital. Um movimento que se encadeia pela constante tentativa do capital em extrair sobretrabalho as custas, tanto de formas intensivas, quanto extensivas de mais-valia.

No mundo do trabalho precarizado emergem os produtores isolados, autônomos, pequenas empresas, cooperativas (de trabalho, produção, consumo), produtores de bens e serviços, enfim, novas formas de materialização, como forte tendência à desformalização da relação capital e trabalho, parcelarizando este último como tentativa de subjugação total ao primeiro. É a partir deste universo de trabalhadores precarizados que surgem as teorias chamadas de economia popular ou solidária, que dizem ver na produção e reprodução da vida, em outras palavras, na tentativa de sobrevivência dos setores populares marginalizados pelo capital, um potencial alternativo ao desemprego, bem como ao próprio sistema capitalista(3).

Em meio a esta ofensiva de precarização do trabalho, as possibilidades de enfrentamento do desemprego, nasce, segundo Paul Singer, através da formação de pequenas empresas:

“Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos (...) os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para suas empresas.” (SINGER, 2000, p.122)

Mas como poderá esta massa de excluídos e de desempregados ter meios suficientes (meios de produção, por exemplo) para formarem suas pequenas empresas e se protegerem da competição externa? O autor, no trecho acima, fala tão somente em princípios vagos como: reinserir-se por iniciativa própria; proteger-se por conta própria. Não esclarece e nem aponta de onde vem às forças capazes de assegurar aos excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia e combater o desemprego.

Ao formarem cooperativas de produção e de consumo os cooperados têm de dar preferência a outros cooperados, estabelecendo, assim, uma “rede de solidariedade”. Só desta maneira, priorizando as relações mercantis entre si, é que os produtores autônomos poderão se proteger do grande mercado. E quanto mais empresas cooperadas concorrerem entre si, maior a possibilidade deste mercado crescer e ficar em pé de igualdade com o mercado capitalista:

“Será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção dentro do setor, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os

custos. Só que a pequena nova empresa, criada por ex-desempregados, estará competindo com outras da mesma origem, sendo protegida da concorrência da grande empresa capitalista, do produto importado e inclusive de pequenas empresas estabelecidas há tempo” (SINGER, 2000, p.123).

A massa dos excluídos tendo essa oportunidade acabará por imprimir uma alternativa ao desemprego. Mas não só, pois imprimirão um novo modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo: O modo solidário de produção. Como síntese do modo de produção capitalista, já que se aproveita da descentralização do capital (tornando a riqueza socializada) e do modo de produção simples de mercadoria, solidariamente reconstituído pela posse dos meios de produção em cooperativas autogestionárias. Eis como pensa Singer:

“A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)... O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir...” (SINGER, 2000, p. 13)

Encontramos uma gama de autores que afirmam esta nova tendência da solidariedade como força cimentadora da nova sociedade, já que os “marginalizados” dependem cada vez mais “de atividades assentadas no trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa”, onde as racionalidades da economia são os próprios recursos humanos e não o capital:

“Racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetário ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, unidades de trabalho e não de inversão de capital... [convivendo] diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos etc”. (KRAYCHETE, 2000, p.14).

Uns sem número de estudos de casos vêm sendo efetuados pelos defensores da economia solidária e do cooperativismo. Tais estudos sempre apontam as dificuldades de vários empreendimentos constituírem-se enquanto empreendimentos viáveis economicamente. Dentre as dificuldades destacam-se: a impossibilidade de concorrência com as empresas capitalistas; pouca solidariedade entre os cooperados, pois ainda não estão acostumados com a idéia de serem patrões de si mesmo; a pouca credibilidade em adquirir nova clientela, entre outros. Mas tais fatos não chegam a perturbar a alternativa como um todo, pois na balança, entre o ganha e perde, o saldo ainda é positivo, indicando a pertinência social, política e econômica das iniciativas que, devidamente orientadas, poderão vir a ser alternativas credíveis e viáveis.

Rosa Luxemburgo reedita as teses de Marx e afirma contundentemente a inviabilidade de prosperar tais alternativas pelo fato de as cooperativas autogestionárias, se por um lado questionam na produção o poder do capital, por outro, ficam subjugadas pela economia capitalista, quando nesta a troca acaba dominando a produção. A concorrência torna-se um fator necessário para as cooperativas que para sobreviverem têm que utilizar os próprios métodos capitalistas (ora admitir, ora demitir...), inviabilizando, mesmo, aquilo que tinham de mais revolucionário: a superação da ditadura do capital sobre o trabalho.

A prática cooperativista dentro do sistema capitalista atua no marco das mudanças permitidas, segundo a expressão de Schneider. Ou seja, do ponto de vista estrutural opera somente nas “franjas” do capital, em atividades marginais. Schneider continua: o sistema cooperativista revela-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apóia, isto é, uma atuação que responda satisfatoriamente aos interesses e necessidades básicas de grande massa de produtores rurais, desprovidos dos meios que lhe assegurariam uma participação significativa nas atividades e benefícios decorrentes da ação cooperativa proposta.

Sendo assim é inevitável não pensar as cooperativas dentro de um processo maior de precarização e flexibilização das relações de trabalho. Não se trata de culpabilizá-las, inclusive, porque a utilização das cooperativas na adequação e desregulamentação é algo relativamente recente, tendo seus contornos mais bem definidos a partir da década de 90. Essa hipótese foi verificada por Henrique Parra, que identificou a utilização das cooperativas como forma (pós década de 80) de terceirizar parte do setor produtivo. Isso segundo o autor foi um ataque frontal aos direitos

trabalhistas, sobre o qual se assenta toda a estrutura sindical brasileira. Na obra “As artimanhas da flexibilização” são apresentados estudos de caso de cooperativas criadas no nordeste brasileiro, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, onde são denunciados o uso do trabalho assalariado de forma disfarçada. A multiplicidade de cooperativas de produção acabam funcionando terceirizadas para as indústrias e ressurgem como possibilidade de trabalho autônomo e solidário. Em outras palavras, trazem um novo verniz a subcontratação surgida com a própria indústria, nas palavras do autor (LIMA, 2002, p. 13).

Segundo relatório produzido pelo ENANPAD (Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração) os objetivos das cooperativas são:

“As cooperativas de trabalho têm um fim social, são criadas para servir, fornecer serviço confiável e de boa qualidade. Seu estatuto deve conter a forma como o associado participará desta, com suas obrigações e direitos, esta não deve visar o lucro, deve ter o objetivo de eliminar a intermediação entre o associado e o tomador” (GUIMARÃES, 2002, p.03).

O que nos interessa é o questionamento em torno da possibilidade de se forjar uma nova disciplina no trabalho, não imposta e sim voluntária, na qual os trabalhadores consigam conciliar prazer e trabalho e, ao mesmo tempo, garantir uma “produtividade” tal que pudesse fazer com que o empreendimento conseguisse se manter no mercado.

3 – O MST e a prática do cooperativismo: dilemas e perspectivas

O MST, segundo definição utilizada por Dalmagro (2002), é um movimento de camponeses que surge com um caráter classista e busca à construção de uma nova sociedade. Tal direcionamento é expresso no primeiro Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que acontece no ano de 1985 em Curitiba/PR através dos princípios abaixo:

“ que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados; ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical para construir a reforma agrária; organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se a formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; articular-se com os trabalhadores da cidade

e com os camponeses da América Latina”. (DALMAGRO, 2002, p.15).

Segundo Germer (1994), o MST possui sua origem e base social predominante no semi-proletariado agrário, isto é, entre os pequenos agricultores semi-autônomos. Ainda, sobre a caracterização do MST possuem:

“área total é menor que 20 hectares e que ou não tem terra própria, ou não têm sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura mais contundente de contestação ao sistema estabelecido”. (p. 276).

Na trajetória do MST é possível identificar três momentos, de avaliação e de reordenamento frente às alterações na política nacional, de acordo com Caldart. O primeiro é caracterizado pela articulação nacional da luta pela terra e em alguns aspectos na definição de sua autonomia em relação às instituições que o apoiavam e foram decisivas na sua criação. O segundo momento nas palavras de Dalmagro (2002) pode-se definir como: “constituição do MST como uma organização social dentro de um movimento social de massas”. É nesse período que o MST adquire a identidade de “Sem Terra”. A luta não se encerra somente na conquista da terra e os assentados mantêm vinculação com o movimento por mudanças sociais exprimindo o caráter de organização de massas e não apenas movimento. O terceiro momento é marcado pela inserção do MST na luta por um projeto popular para o Brasil. A luta empreendida anos atrás pela terra e eventualmente contra o governo, agora passa ser dirigida também contra o modelo econômico e agrícola e as diretrizes dos Estados Unidos para os países da América Latina. Decorre daí a compreensão que a Reforma Agrária somente poderá ser realizada em outro contexto político e econômico. Dalmagro afirma que para este modelo a “reforma agrária não tem nada a acrescentar” (p. 21).

Além dos princípios que norteiam a prática dos assentamentos, o MST define três grupos de objetivos para o Sistema Cooperativista dos Assentamentos – SCA: econômicos, sociais e orgânicos.

- a) formar e capacitar quadros para o conjunto das lutas dos trabalhadores;
- b) contribuir para a construção do homem novo e da luta nova mulher. Cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros;

- c) articular a luta econômica com a luta política e ideológica;
- d) consolidar a organização de base do MST;
- e) liberar pessoas para participar dos movimentos e organizações populares;
- f) servir de retaguarda econômica do MST;
- g) desenvolver a consciência social, com uma nova visão de sociedade;
- h) acumular forças para a transformação da sociedade (CHRISTOFFOLI, 2000, p.20).

Esses elementos contribuíram para a formação dos pilares de sustentação da prática cooperativista dos assentados. Segundo Christoffoli (2000) aqui reside à proposta de cooperação agrícola, que gradualmente se apresenta como alternativa e condição necessária para a sobrevivência. São consideradas as razões econômicas, políticas e sociais para o estímulo e promoção da cooperação. As formas de cooperação vão desde os mutirões, troca de dias às experiências legalizadas, que ganham o nome de associações ou cooperativas (MORISSAVA, 2001, p. 232). Dentre as associações destacam-se as de comercialização e beneficiamento. As cooperativas são consideradas um desdobramento das associações e são classificadas em Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS) e a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). O MST considera as cooperativas de trabalho coletivo, como sendo a forma “superior” de organização da produção. “As CPAs foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989 e despontam como uma forma superior de organização da produção”. (GRADE, 1999, p. 46).

No entanto, na prática essa forma de organizar a produção tem-se mostrado “insuficiente” para garantir a sobrevivência de muitos assentados. Muitos “empreendimentos” não têm se mostrado economicamente viáveis, o que fez com que o movimento avaliasse a sua forma de gerir a produção. O estudo dos clássicos e uma maior ênfase na qualificação técnica dos assentados foram medidas já adotadas, apesar de que as motivações reais do fracasso das cooperativas ainda são alvo de estudo e questionamento no movimento.

Na definição dos pilares em que o MST objetiva estrategicamente inserir as cooperativas com o projeto mais amplo de transformação da sociedade seria preciso confrontar as cooperativas existentes do movimento com todo o debate teórico anterior observando então a ambigüidade ou mesmo a contradição de sustentar essas cooperativas na perspectiva do projeto estratégico e ao mesmo tempo dentro da atual

sociedade capitalista. Uma contradição não do próprio movimento mas sim de toda a sociedade brasileira.

Os princípios sociais e organizativos das cooperativas descritos acima, da formação e liberação de quadros para o movimento articulando isso a luta econômica, política e ideológica, podemos encontrar em Marx quando esse escreveu o programa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Reconhecia ele o cooperativismo como uma força transformadora da sociedade, pois denuncia (ou educa) os trabalhadores no próprio processo de trabalho cooperado contra o “poder despótico do capital”. No programa da AIT Marx evocava justamente esses princípios:

“Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que consagrem uma parte de seus fundos à propaganda de seus princípios, que tomem a iniciativa de novas sociedades cooperativas de produção e que façam essa propaganda tanto oralmente como através da imprensa” (MARX, 2000,p 16)

A questão passa então como ao mesmo tempo conseguir sustentar esses princípios quando elas mesmas (as cooperativas) devem servir de “retaguarda econômica do MST”. Pois se são elas um embrião ou “miniaturas” da sociedade que servem de exemplos ao poder despótico do capital como podem se sustentar e servir a essa necessária retaguarda dentro da sociedade capitalista. Estariam as cooperativas do MST se degenerando dos seus princípios norteadores? Estariam elas liberando quadros políticos para travar a luta política e ideológica na sociedade, ou administradores para mediar seus produtos agrícolas entre as cooperativas e as demandas do mercado?

Esse confronto do ponto de vista teórico com a experiência prática é necessário ser feito. Aqui indicaremos apenas para reflexão o fato de uma Cooperativa do MST- a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda (COOPEOESTE), que tem em várias prateleiras dos grandes supermercados os produtos “Terra Viva”, estar ou não conseguindo servir ao mesmo tempo de retaguarda econômica e liberar para o movimento quadros políticos transformadores da sociedade.

Como citamos Rosa Luxemburgo: “...na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas”. (LUXEMBURGO, 2000, p.19).

Teria a Cooperoeste que conquistar espaço no mercado capitalista e aplicar a implacável exploração da força de trabalho? Seus administradores estão mais para militantes ideológicos de uma nova sociedade ou “estrategistas” para adequar os

produtos às demandas e ofertas de trabalho e assim vencer a concorrência? São mais oradores e panfletários ou profissionais do Marketing, já que como diz Luxemburgo na sociedade capitalista a troca domina a produção?

Esses são questionamentos que o estudo empírico pode nos responder. O importante por hora é fazermos esse resgate teórico do movimento cooperativista que ao longo da história do capitalismo parece carregar em si uma ambigüidade. Ao mesmo tempo em que no “chão da fábrica” educa os trabalhadores a experimentar a possibilidade de serem donos de si mesmos, mostrando que é possível organizar uma sociedade sem estruturas hierárquicas, por outro lado parecem esbarrar na própria estrutura social da sociedade em que as cooperativas nascem. Como que um embrião que foi fecundado, mas que está entre nascer, crescer e se desenvolver ou ser abortado.

A fase aguda atual do sistema capitalista, como vimos, tem usado o “cooperativismo” para estampar as formas cada vez mais precarizadas do trabalho. No MST não parece ser esse o caso, pois busca no cooperativismo princípios ideológicos de transformações sociais, de quem até então era um sem terra. Mas ao mesmo como sustentar essa retaguarda econômica crescendo e se desenvolvendo dentro do mercado capitalista?

Notas

(1) Eis como Proudhon é visto no manifesto: “Nessa categoria [do socialismo conservador] enfileiram-se os economistas, os filantropos, os humanitários, os que se ocupam em melhorar a sorte da classe operária, os organizadores de beneficências, os protetores dos animais, os fundadores das sociedades anti-alcoólicas, enfim os reformadores de gabinete de toda a categoria. Este socialismo burguês chegou até ser elaborado em sistemas completos. Como exemplo, citemos a Filosofia da Miséria, de Proudhon. (MARX E ENGELS, p. 65)

(2) “A descartabilidade é a forma permanente pela qual o chamado progresso técnico avança”. (OLIVEIRA, 2000)

(3) Tais teorias apresentam algumas diferenciações quanto ao foco de análise no suposto potencial alternativo que se diz vislumbrar dentro dos setores marginalizados. No Brasil tais teorias partem quase sempre dos mesmos pressupostos, o que, de maneira geral, é possível considerá-las num mesmo corpo teórico. É o próprio Singer (2000) que assim nos autoriza, quando tratando de suas divergências com o argentino Luiz Coraggio diz: “são divergências teóricas confluindo para a mesma finalidade. Os dois, acho, queremos o mesmo tipo de transformação”. Ver: SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

(4) Essa é a esperança de Coraggio, num capital com responsabilidades sociais: “Não estamos pensando que um possível sistema de economia do trabalho deva eliminar e substituir o sistema empresarial capitalista. Mas, ao contrário, que ele deve se desenvolver em interação contraditoriamente complementar com as instituições e poderes capitalistas. O que só se dará, contudo, sob um outro controle político, econômico e social, que seja capaz de fazer com que o capital limite seu poder e venha a assumir responsabilidades sociais outras.” (CORAGGIO, 2000, p.113).

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moraes. 2004. O Averso do trabalho. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular.

CHRISTOFFOLI, Pedro. 2000. O desenvolvimento de cooperativos de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: Limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado, Curitiba.

DALMAGRO, Sandra Luciana. 2002. Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: A formação humana no assentamento Conquista da Fronteira. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

ENGELS, Friedrich. 1985. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, 7ª ed., São Paulo, Global.

GRADE, Marlene. 1999. MST: Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal de Santa Catarina.

LUXEMBURG, R. “Reforma ou revolução”. In: O Cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lênin, Mão). Caderno das Experiências Históricas da Cooperação, N° 02. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. 1848 (Primeira versão alemã). Manifesto do Partido Comunista. Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunistaEmGalego/index.htm. Acesso em 08/04/2008.

MORISSAWA, Mitsue. 2001. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular.

RECH, Daniel. 2000. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE e DP&A.